

INTERVENÇÃO NO ATO DE POSSE

Palácio de Belém

03 de Outubro de 2016

Muito obrigado, Senhor Presidente da República, pelas palavras que me dirigiu.

O compromisso que acabo de assumir perante Vossa Excelência constitui para mim uma enorme honra. Faço-o com profundo sentido de serviço público, consciente da relevância do papel do Tribunal de Contas no quadro do funcionamento do Estado e das particulares exigências que hoje se colocam à sua ação.

Permita-me, Senhor Presidente, que preste tributo, nesta ocasião, ao Senhor Conselheiro Prof. Guilherme d'Oliveira Martins, que liderou o Tribunal de Contas de forma brilhante e onde deixa um importante legado. Seja-me igualmente permitido saudar o valioso contributo do Senhor Conselheiro Vice-Presidente Morais Antunes que entretanto assumiu interinamente a presidência do Tribunal.

Gostaria ainda de saudar o Senhor Conselheiro Alfredo José de Sousa Presidente do Tribunal de Contas ao tempo em que iniciei funções no Tribunal de Contas Europeu e de agradecer a presença do novo Membro português do Tribunal de Contas Europeu, Conselheiro João Figueiredo que aí me sucede.

Tive o privilégio de ter servido o Tribunal de Contas Europeu desde 2000 e a honra de ter sido eleito seu presidente, cargo que exerci quase nove anos, até à passada sexta-feira.

Apesar dos tempos de incerteza que se vivem na União Europeia, creio que o Tribunal de Contas Europeu está preparado para o futuro. Mais apto para ajudar a União Europeia a enfrentar os desafios com que se defronta; melhor organizado para continuar a ser um auditor eficaz que contribua para restabelecer a confiança dos cidadãos na União Europeia.

Contribuí tanto quanto pude para que o Tribunal de Contas Europeu seja o auditor que a União Europeia necessita. Agora, reconhecido por ser de novo merecedor da confiança do governo de Portugal e, em especial, da confiança de V. Exa., Senhor Presidente da República, é o momento de usar a enriquecedora experiência que adquiri no Tribunal de Contas Europeu em benefício do Tribunal de Contas português, animado do mesmo espírito de missão e de serviço à causa

pública.

O Tribunal de Contas Português é uma prestigiada instituição secular, constitucionalmente definida como "órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento de contas", cuja ação tem também promovido uma cultura de responsabilidade por parte de quem administra bens ou fundos públicos.

Responder aos desafios futuros da jurisdição financeira e da auditoria pública em Portugal só será possível com a salutar cooperação dos demais órgãos de soberania, bem como com o indispensável contributo e empenho de todos os que integram o Tribunal de Contas: juízes conselheiros, dirigentes, auditores e todos os demais colaboradores, a quem quero saudar de forma especial assim como aos senhores procuradores gerais adjuntos.

Transparência e "accountability" são atributos da moderna gestão pública, mas também princípios que, a par do rigor, da objetividade e da independência, devem presidir à atuação do Tribunal de Contas. Em benefício de todos os cidadãos e de Portugal.

Muito obrigado